

Conversa de Antropólogos: O papel da correspondência pessoal e científica na compreensão da formação do campo das ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960.

Carolina Arouca Gomes de Brito<sup>1</sup>

Entre as décadas de 40 e 60 do século XX, podemos observar, no âmbito do desenvolvimento das ciências sociais, notáveis iniciativas de institucionalização e também de conformação do campo, especialmente no que tange à participação da antropologia na construção de políticas públicas no campo da assistência médica e social no Brasil (Brito, 2011; Figueiredo, 2009; Lima & Maio, 1996). A orientação impressa pelo movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil no período citado formou intelectuais e cientistas sociais preocupados em discutir temas caros à construção do conceito de mudança social, nos quais os principais objetos de estudo seriam os indígenas, a população negra e ainda, os imigrantes europeus e asiáticos (Melatti, 1984). A criação de Escolas e Universidades destinadas ao estudo da antropologia e sociologia marcou o início do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, especialmente a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da Faculdade de Filosofia e Letras da USP (1934). Já no momento seguinte ressalto a importância da contratação desses cientistas sociais aos quadros de funcionários de instituições voltadas para a questão sanitária, por exemplo, caso do Serviço de Proteção aos Índios – SPI – e do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP -, na conformação e estruturação do campo de trabalho das ciências sociais no Brasil.

Assim nesse texto, pretendo abordar esse capítulo da história das ciências sociais no Brasil, a partir de uma série de correspondências pessoais e institucionais trocadas entre Darcy Ribeiro e três cientistas e /ou intelectuais do período, quais sejam: Herbert Baldus, Eduardo Galvão e Charles Wagley. O objetivo central dessa análise está em compreender através dessas correspondências as vinculações intelectuais desses

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nísia Trindade Lima.

personagens, além de tentar perceber a construção do campo da antropologia no Brasil, sob a ótica de seus agentes. Destaco ainda que as vinculações institucionais de cada personagem, no período selecionado para essa pesquisa, configuram-se como importante veículo de observação para esse estudo.

A relação entre ciências sociais e políticas públicas no Brasil se deu especialmente a partir da década de 1940, com a institucionalização das ciências sociais no país. No âmbito do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, os anos 40 são marcados por inúmeras iniciativas de institucionalização e também de conformação do campo. Também entre os anos de 1940 e 1960 se identifica, como uma tendência, a maior participação da antropologia na construção de políticas públicas no campo da assistência médica no Brasil, como pode ser verificada na análise da atuação de organismos como o SES P (Serviço Especial de Saúde Pública) e o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) (Figueiredo, 2009; Lima & Maio, 1996), entre outros. Nesse sentido, a orientação teórico-metodológica impressa pelo movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil na década de 1940 formou intelectuais e cientistas sociais preocupados em discutir temas relativos às questões nacionais. Além disso, como especifica Melatti, nos estudos de mudança social ou “aculturação”, nos quais os principais objetos de estudo seriam os grupos indígenas, tais intelectuais também tinham como preocupação assuntos relativos à população negra e imigrantes europeus e asiáticos (Melatti, 1984). Para Antônio Cândido, as mudanças de objetos de análise por parte da antropologia e da sociologia não teriam sido sem consequências. A introdução do espírito sistemático de observação e análise, bem como o deslocamento do objeto das pesquisas dos grupos das camadas dominantes para as camadas dominadas, como caboclos, imigrantes, negros, indígenas, etc., tudo isto esquadrinhado por métodos “englobados sem muito critério pelos depreciadores sob o nome geral de funcionalismo”, teriam produzido, segundo Cândido, uma “silenciosa revolução intelectual que deslocou o eixo dos estudos sobre a sociedade brasileira” (p. 233), ou melhor, uma verdadeira “rotação ética e social de atitude” (Cândido, 2004, p. 231). A integração entre ciências sociais e políticas públicas não se restringiu ao caso brasileiro no período proposto. Segundo Lima & Maio (2009, 2010), desde o início da década de 1950, cientistas sociais na América Latina participaram de programas de saúde pública, por exemplo, com o apoio de agências norte-americanas e orientados pela perspectiva da “mudança social provocada ou dirigida”. Sobre questões relativas ao

desenvolvimento, mudança provocada ou dirigida e ainda o tema da resistência à mudança e da erradicação de doenças e promoção da saúde nos “sertões” do Brasil, pode-se afirmar que esses temas ganharam espaço importante nas discussões intelectuais e políticas no Brasil pós II Guerra Mundial. Nesse contexto de intensas transformações, pode-se verificar a atuação das ciências sociais nesse processo. Caberia, nesse contexto, ao cientista social “informar e convencer”, ou seja, seriam esses profissionais os intermediários, ainda que teóricos, das propostas governamentais vinculadas às propostas desenvolvimentistas e da população local (Lima, Maio, 2010).

Em 1951, é firmado um acordo entre o Instituto de Assuntos Interamericanos com o Instituto de Antropologia Social (ISA), acordo esse que previa a participação de antropólogos e programas de saúde na América Latina (Huffhines, 2004, p.3). Como representativo desta integração entre cientistas sociais e programas de saúde pública no contexto internacional, destaco um importante estudo publicado em 1955, sob o título “Health, Culture and Community”, que reúne inúmeros estudos de caso pelo mundo acerca das percepções e participações de cientistas sociais em programas de saúde entre as décadas de 1940 e 1950. As análises que compõem esse livro não estão centradas na avaliação do sucesso ou do fracasso das políticas públicas voltadas para as questões sanitárias das regiões visitadas, e sim das percepções dos cientistas sociais sobre saneamento e populações locais nos mais diversos contextos culturais e sociais. As questões que permeiam os estudos referem-se a: como as ciências humanas realizam esse trabalho? O que mantém esses esforços em curso? Como eles veem e resolvem o problema? Como percebem e recebem esforços internos e externos na promoção da saúde? Os temas discutidos são, entre outros: ciência social, saúde pública, aumento do padrão de vida, urbanização, mobilidade social, tensão social, conhecimento científico, melhoras de técnicas médicas, aumento de hospitais e clínicas, consequência da habitação social. Destaco que o ponto focal dessa coletânea está na análise do encontro entre medicina e culturas locais.

Também no campo da saúde, a contribuição crescente das ciências sociais foi iniciada na década de 1940 e teve ressonância no discurso desenvolvimentista da década de 1950, marcado pela máxima “O Brasil não é só doença”, frase de Juscelino Kubitschek em seu Programa de Saúde (Kubitschek, 1955), apontam para uma nova perspectiva em relação ao tema das endemias rurais, suas causas e controle, ou seja:

surge um novo repertório cognitivo disponível aos agentes do Estado no enfrentamento dos impasses da modernização da sociedade brasileira (Hochman, 1998).

Nesse cenário destaque, nessa análise, quatro personagens, quais sejam: Darcy Ribeiro, Herbert Baldus, Eduardo Galvão e Charles Wagley, a fim de tentar compreender a construção do campo da antropologia no Brasil através da trajetória de seus agentes, valorizando suas vinculações intelectuais e institucionais durante o período proposto (1940-1960). Para esse estudo, como já dito nesse texto, pretendo tecer uma análise a partir de uma série de correspondências pessoais e científicas trocadas entre Darcy Ribeiro e os antropólogos: Herbert Baldus, Eduardo Galvão e Charles Wagley.

### **Correspondência e correspondentes**

O encantamento do historiador diante de documentos pessoais, encontrados preferencialmente em arquivos privados, tem constituído um campo de discussões e percepções históricas que trazem à tona a relação entre subjetividade e história. O interesse por objetos e fontes antes não exploradas pela história ganham contornos mais definidos a partir da década de 1970, como afirma Christophe Prochasson. Nesse contexto, que aproxima a perspectiva histórica da pessoal acerca de um personagem, destaque o papel da correspondência pessoal. A partir dessas cartas, bilhetes e convites, é possível apreender significativas pistas sobre o percurso intelectual desses personagens. O conteúdo dessa série de correspondências pode ser percebido em duas chaves distintas, uma pessoal e outra intelectual, ambas denotando uma forte estima entre as partes. Nesse sentido ressalto que a questão central dessa análise está em compreender e qualificar a intensa troca intelectual entre os referidos cientistas sociais presentes nas correspondências analisadas<sup>2</sup>

Interlocutor comum aos demais antropólogos, Darcy Ribeiro deu início a sua trajetória acadêmica na Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP, quando ele atende ao convite de Donald Pierson para uma bolsa de estudos. No cargo de assistente de pesquisa, Darcy Ribeiro se aproxima das teorias e discursos acerca das ciências sociais,

---

<sup>2</sup> As correspondências analisadas fazem parte do acervo do Memorial Darcy Ribeiro, alocado no Campus da UNB em Brasília. Trata-se de uma documentação segmentada, ou seja, as correspondências enviadas e recebidas, por vezes estão separadas dos seus respectivos anexos, que poderiam ser relatórios, artigos para aprovação, entre outros. A série correspondências é extensa e dividida por personagens, dessa forma, cada interlocutor selecionado para essa pesquisa, possui sua própria pasta estruturada cronologicamente.

posto que sua atribuição principal como bolsista seria auxiliar aos professores Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha na elaboração de uma bibliografia brasileira de interesse sociológico (Ribeiro, 1992). Apesar de ingressar nessa instituição a convite de Donald Pierson, é Herbert Baldus o professor que Darcy se refere como sendo um mestre: “*meu principal mestre na ELSP foi Herbert Baldus, um intelectual europeu, de velho estilo, poeta e liberal, o que fazia dele um alemão e um cientista atípico*” (Ribeiro, p.37, 1990).

Ao concluir seu curso na ELSP, Darcy recebe a proposta de trabalho para o cargo de etnólogo do SPI. Esta oferta conseguida através de uma recomendação de Herbert Baldus ao Marechal Rondon<sup>3</sup> (então chefe do Conselho Nacional de Proteção aos Índios- CNPI), para que Darcy Ribeiro passasse a ocupar o cargo de etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios já no ano de 1947 (Ribeiro, 1997). Deste modo, seguindo a indicação de Herbert Baldus, aquele com quem afirma ter “*aprendido seu ideal científico através da observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil*” (Ribeiro, p. 126, 1997), Darcy é contratado para atuar na recém-criada Seção de Estudos do SPI. Apesar da criação em 1942, “foi somente no ano de 1947<sup>4</sup> que esta Seção fez a contratação de seus primeiros técnicos, o lingüista Max Boudin e o etnólogo<sup>5</sup> Darcy Ribeiro” (Figueiredo, 2009), impelindo a essa seção uma nova orientação que preconizava os estudos etnológicos.

Deste modo, Darcy Ribeiro passa a realizar inúmeros trabalhos de campo a fim de reconhecer as populações assistidas por esse serviço. Enquanto autor e também *ator* do processo de reconhecimento do indígena brasileiro, Darcy nos oferece importantes referências sobre essas populações e suas relações com a política e a sociedade brasileira do período, sobretudo no que tange à criação e ao funcionamento do SPI. A contribuição de Darcy enquanto funcionário desse órgão ultrapassou os limites institucionais, com ampla divulgação dos problemas decorrentes da relação entre indígenas e sociedade nacional, especialmente no que concerne à questão da redução demográfica, denunciada em artigos e documentos oficiais do SPI, além de artigos

---

<sup>3</sup> Apesar de Baldus ter recomendado Darcy ao Marechal Rondon, não encontrei, nos arquivos pesquisados, indícios de uma relação pessoal ou mesmo institucional entre Baldus e Rondon.

<sup>4</sup> Neste ano, a Seção de Estudos era chefiada por Herbert Serpa.

<sup>5</sup> Sobre a denominação dos cargos, há certa imprecisão de dados. Alguns autores denominam o cargo ocupado por Darcy na SPI, como de naturalista, devido à inexistência da profissão de etnólogo no período, porém os documentos oficiais do SPI referem-se a Darcy como “Etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios”, razão pela qual opto por este termo.

veiculados em periódicos dedicados às ciências sociais, como é o caso da Revista *Sociologia*.

As trajetórias intelectuais e institucionais de Darcy Ribeiro e Herbert Baldus estiveram vinculadas desde a época da ELSP, passando pela indicação de Darcy ao SPI feita por Baldus, as trocas intelectuais acerca da temática indígena e uma forte amizade entre eles. Essas prerrogativas podem ser identificadas na correspondência entre esses atores. As trocas de cartas entre os referidos personagens apresentam-se mais intensa entre os anos de 1948 e 1956, período exato que Darcy Ribeiro desenvolveu suas atividades como etnólogo do SPI. Nesse período dois principais temas eram tratados nas cartas: teoria e metodologia antropológicas e questões inerentes às instituições as quais estavam vinculados Darcy Ribeiro e Herbert Baldus, SPI e Museu Paulista respectivamente.

Em carta de 14 de fevereiro de 1948, Darcy escreve a Baldus como forma de prestação de contas, como ele mesmo diz: *“Prezado Professor, pretendi escrever-lhe logo que cheguei para prestar contas do meu primeiro trabalho de campo”*<sup>6</sup>. Nessa mesma carta Darcy fala ainda sobre a indefinição do seu contrato de trabalho no SPI: *“Não espero ser contratado antes de março, mas talvez consiga receber também esses primeiros meses”*<sup>7</sup>. No mês seguinte, Darcy escreve mais uma vez a Baldus, agora pedindo sua apreciação acerca de um estudo sobre os Cadiuéu/Kadiuéu e também um trabalho sobre os problemas do SPI, realizado por Dele a pedido da chefia desse órgão. Em resposta a Darcy, Baldus faz considerações e elogios ao trabalho enviado na última carta:

*“O seu trabalho sociológico é peculiarmente interessante e será publicado na revista sociologia depois de algumas modificações que faremos quando você aparecer aqui”*<sup>8</sup>

No ano de 1952, Baldus escreve à Darcy, propondo a ele o cargo de Etnólogo do Museu paulista,

*“Estão planejando uma reestruturação do Museu (Museu Paulista) e, provavelmente, precisaremos de um etnólogo para*

<sup>6</sup> Carta de Darcy a Baldus, 14/02/1948, acervo Memorial Darcy Ribeiro.

<sup>7</sup> Idem nota 6

<sup>8</sup> Carta de Baldus a Darcy, 27/04/1948, acervo Memorial Darcy Ribeiro.

*ocupar o meu cargo, isto é, para chefiar a seção de etnologia. A primeira pessoa que pensei foi você ... Por outro lado estou em dúvida se seu trabalho do SPI não será mais importante para a ciência e para os índios do que você poderia fazer aqui. Pense sobre o assunto... ”<sup>9</sup>*

Porém, Darcy Ribeiro responde essa carta agradecendo a indicação, mas não aceita, segundo o próprio por estar satisfeito com a “liberdade para fazer suas viagens ao Mato”<sup>10</sup> conseguida no âmbito do SPI.

Também na década de 1950, a troca de correspondências entre Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão era grande e constante, diferente da troca entre o mesmo e Charles Wagley que apresenta maior expressividade no final da década de 1960.

Nesse momento Eduardo Galvão apresentava-se como ator importante do cenário intelectual de estudos científicos sobre os índios brasileiros, especialmente na região amazônica. Eduardo Galvão foi um importante interlocutor de Charles Wagley, especialmente em suas viagens pelo norte do país. Segundo Gonçalves (1996) e Domingues (2008), Galvão e Wagley participaram de inúmeras viagens, entre as quais destacam-se: a viagem entre 1941-42, no estudo dos Tenetehara, outras expedições pela Amazônia ao longo de toda a década de 1940. Em 1943, integrou a equipe da expedição de James e Virginia Watson, ao Campo Kaioá, no Mato Grosso. Em 1947, foi pela primeira vez ao Xingu, repetindo trabalhos de campo na região até a década de 1960 (Gonçalves, 1996; Bertol, 2008). Galvão acompanhou Wagley também na expedição a Gurupá – PA, em 1948. Nesse momento, Galvão era antropólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, como fruto dessa expedição, publicou sua tese de doutoramento na Universidade de Columbia, sob a orientação de Charles Wagley (Domingues, 2008). Eduardo Galvão atuou ainda no SPI, ao lado de Darcy Ribeiro entre 1952 e 1954 no cargo de chefe da Seção de Orientação e Assistência a SOA, no Museu Paraense Emílio Goeldi, como chefe da divisão de antropologia, em várias fases entre os anos de 1955 a 1976.

Nota-se pela correspondência entre Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão maior informalidade, quando comparadas às demais analisadas. A começar pelo tratamento

<sup>9</sup> Carta de Herbert Baldus à Darcy Ribeiro, 14/04/1952, acervo Memorial Darcy Ribeiro

<sup>10</sup> Carta de Darcy à Baldus, 17/03/1952, acervo Memorial Darcy Ribeiro

entre as partes, as cartas de Darcy endereçadas à Eduardo Galvão, em geral eram iniciadas por: ‘Querido Amigo’ ou ‘Meu caro Gugu’, já as de Galvão endereçadas à Darcy, eram iniciadas por: ‘Velho Darcy’, ‘Caro Plumoso’, ‘Velho Bobão’, ‘Meus Petites’ (referindo-se aí à Berta e Darcy), entre outros. Apesar do tom informal que norteava as cartas, nelas também estavam importantes informações sobre as pesquisas realizadas por Galvão no âmbito do Museu Emilio Goeldi em Belém, além de questões referentes à metodologia utilizada no campo.

Logo que assume o cargo no Museu Paraense Emílio Goeldi, Galvão escreve à Darcy: “ *O trabalho no Museu vai indo bem, a biblioteca é muito boa no que se refere a publicações antigas, a arrumação não é moderna, nem o fichário muito bom, mas vai funcionando* ”<sup>11</sup>. Galvão escreve periodicamente à Darcy dando conta de suas viagens ao campo e de suas aulas nos diversos cursos aos quais era convidado a dar. Outra questão relevante, que pode ser depreendida dessa correspondência, refere-se a intermediação de Charles Wagley nos trabalhos de pesquisa junto aos grupos indígenas da Amazônia, relatados por Galvão em suas cartas.

Por fim, a correspondência entre Darcy Ribeiro e Charles Wagley. Quantitativamente esse é o menor extrato presente no acervo. Como já dito anteriormente, a troca de correspondências entre Darcy e Wagley data do fim da década de 1960. Desse modo, a temática antropológica aparece com menor relevância, os temas mais recorrentes são relativos à criação da Universidade em Brasília e dos projetos no campo da educação capitaneados por Darcy Ribeiro e ainda alguns convites feitos por Wagley para Darcy dar conferências no Centro de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Nova York, dirigida por Wagley.

Registre-se que a partir dessa breve análise das referidas correspondências entre antropólogos no período entre as décadas de 1940 e 1960, pode-se observar a construção do campo da antropologia brasileira no período. O forte e constante intercâmbio entre os personagens nos sugere uma ciência em formação, tanto no que tange ao campo, quanto no que se refere às metodologias e teorias. Ressalto ainda que a troca intelectual ocorria para além das barreiras institucionais que os separava, pois, torna-se possível reconhecer “por dentro” as pesquisas antropológicas e /ou etnológicas ocorridas nas maiores instituições científicas brasileiras do período, quais sejam: Museu

---

<sup>11</sup> Carta de Eduardo Galvão à Darcy Ribeiro , 18/09/1955. Acervo memorial Darcy Ribeiro.

nacional, Museu Emilio Goeldi e Serviço de Proteção aos Índios. Essas instituições, além de reconhecimento no campo da pesquisa junto aos inúmeros grupos indígenas brasileiros, ofereciam ainda cursos de formação antropológica, com o objetivo claro de garantir e perpetuar a atuação desses cientistas nessas instituições, valorizando assim o campo da antropologia e sua contribuição para a compreensão de uma sociedade diversa e em constante transformação de um país que precisava de instrumentos que sincronizassem a perspectiva do desenvolvimento e a importância da manutenção de seus laços nacionais e /ou tradicionais, vinculados à cultura indígena brasileira.

### **Bibliografia:**

ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir!:* saúde e saneamento na Amazônia do primeiro governo Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. (org.) *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BALDUS, Herbert. Antropologia aplicada e o indígena brasileiro. *Ahembí*, nº 40, São Paulo, 1960.

BÔAS, Gláucia Villas. *Mudança Provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*.

BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOTELHO A.; BASTOS, E. R., Villas Bôas, G. (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CAMPOS, André L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARDOSO, José Leandro da Rocha. *Educando os educadores: Ciências sociais e educação sanitária na experiência do SESP (1950-1960)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 230p.

DOMINGUES, Maria Heloisa Bertol. Tradução cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia, *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Ciências Humanas*, v.3, nº 1, pp. 31-49, abr. 2008.

FIGUEREDO, Regina Érika Domingos. *Histórias de uma antropologia da Boa Vizinhança: Um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas de assistência*

*técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960)*. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2009.

GONÇALVES, M. A. Introdução. In: GALVÃO, Eduardo. Diários de campo entre os tenetehara e índios do Xingú. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Museu do Índio, 1996. P 11-23.

GUIMARÃES, Maria Stella Faciola Pessôa. Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Pará, 2012.

LIMA, Nísia Trindade e Botelho, André. Duas viagens amazônicas e o espectro de Euclides da Cunha: malária e civilização em Carlos Chagas e Mário de Andrade. (Mimeo). S/d

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ Iuperj, UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

LIMA, Nísia Trindade; MAIO, Marcos Chor. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, June 2010

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências antuárias no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAIA, João Marcelo E.. *A terra como invenção. O espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MAIA, João Marcelo Ehlert. “As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, nº3, 2010, p.628.

MAIA, João Marcelo Helert. Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2012.

MAIO, Marcos Chor e LIMA, Nísia Trindade. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*, Brasília, v.24, nº2, maio/agosto 2009.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. BIB, N.17, 1984

MICELI, S (org.) A História das Ciências Sociais no Brasil, vol. 1. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.

MICELI, S. “Intelectuais brasileiros”. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2a ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, pp. 109-147, 1999.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva. *Estudos de comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*, São Paulo: Siciliano, 1990.

ROSA, Francisco Tadeu Ribas. *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1988